



Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: diálogos entre informação, identidade e memória nacional

Historical and Geographic Institute of Santa Catarina: dialogues between information, identity and national memory

Igor Oliveira Silva¹

<igor_oliveira1993@hotmail.com>

Submetido em: 20-02-2022	Aceito em: 08-04-2022
--------------------------	-----------------------

Resumo: Propõe-se como objetivo desse texto analisar a função social do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina na manutenção da memória nacional e na disseminação das informações custodiadas em seu acervo documental. Como procedimento metodológico, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que utiliza revisão bibliográfica e análise de fontes documentais para sua construção. Para atingir o objetivo proposto, optou-se por realizar uma contextualização da conjuntura histórica do final do século XIX, período em que o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina foi criado. Também se analisa os impactos advindos da ausência de políticas públicas que impossibilitam o aperfeiçoamento dos serviços ofertados pela Instituição e aponta-se quais grupos sociais foram representados e esquecidos nas publicações da Instituição e como as múltiplas culturas contribuíram para formulação da identidade catarinense. Além disso, especifica-se a composição do acervo documental custodiada pela biblioteca e pelo arquivo, como também se discute como a Instituição pode contribuir com as práticas de acesso às informações para o efetivo uso dos registros documentais e para a ressignificação da memória. Como resultados, observa-se que um fator indispensável para as releituras da memória é o imperativo informacional custodiado pelas instituições de memória. Por fim, conclui-se que o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina é um considerável *locus* de memória nacional e produção do conhecimento identitários da sociedade catarinense.

¹ Doutorando em Educação - UFPB; Graduando em Biblioteconomia - UFRN; Mestre em Ciência da Informação - UFPB; Graduado em História - UFRN. CV: <http://lattes.cnpq.br/4307759154757060>



Palavras-chave: Memória Nacional; identidade Catarinense; informação e memória; Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

Em busca de expandir seus domínios, a Ciência da Informação desde o final do século XX tem direcionado seus estudos para novas abordagens teórico-metodológicas. Dentre as áreas de investigação sobre as quais tem se debruçado, se encontram os estudos memorialistas, que entendem a memória como um fenômeno social ocasionado nos grupos e nas manifestações culturais que selecionam o que deve ser lembrado em detrimento do que deve ser esquecido.

A princípio, os debates em torno da memória dentro da literatura da Ciência da Informação ocuparam um lugar periférico, no entanto, com o passar dos anos, esse tema foi se expandindo, e hoje ocupa um lugar fulcral nas discussões existentes em grupos de pesquisas, linhas de pesquisas e congressos nacionais da área. Assim, o entendimento compartilhado por pesquisadores (AZEVEDO NETTO, 2007) é que a memória, ao ser representada em um suporte, possui uma função informacional que deve estar atrelada às práticas de acesso e disseminação implementadas por instituições de memória as quais contribuem para legitimação cultural das sociedades, minimizando os apagamentos ocasionados sem intenção.

Nessa perspectiva, a memória possui múltiplos entendimentos e por isso pode assumir diferentes delineamentos, a exemplo da memória individual (humana), coletiva (social) e artificial (computadores). Dentre os entendimentos de memória, destaca-se, neste artigo, a memória nacional tida como um produto de processos de construção do passado (SOBRAL, 2003). É, então, uma nova percepção que contribui para ampliar os estudos memorialísticos, tornando-se também parte integrante dos estudos informacionais – que se volta para os aspectos espaciais dos países –, pois, de acordo com Silva e Martins (2019; 2022), a noção de memória nacional é tida como uma das categorias de memória estudadas nos últimos anos pela Ciência da Informação.

A memória nacional está resguardada em centros de memória, como os Institutos Históricos e Geográficos, instituições criadas no Brasil, a partir do século XIX, que continuaram a se multiplicar, por outras regiões, nos séculos XX e XXI.



Essas instituições são compostas em sua maioria por arquivos, bibliotecas e museus que custodiam documentos – fontes de informação passíveis de serem recuperadas para ativação da memória pertencentes aos grupos, pois, como afirma Capurro (2017, p.13), “bibliotecas e arquivos foram e continuam sendo instituições fundamentais da memória cultural de uma sociedade”.

Este artigo aborda, como objeto central, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado no ano de 1896 e tido como um dos primeiros Institutos do Brasil. Inicialmente, foi criado para auxiliar o estado na produção de informações oficiais, no entanto, transforma-se paulatinamente em uma instituição armazenadora do conhecimento produzido no passado e no presente acerca da identidade cultural pertencente à sociedade catarinense.

Dessa forma, este artigo está dividido em duas sessões: inicialmente, procurou-se tratar dos aspectos históricos institucionais do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, mostrando como ocorreu sua fundação e sua trajetória institucional ao longo dos anos. Em seguida, é explorado o acervo institucional, compreendendo a formação das coleções bibliográficas que compõem a biblioteca e os fundos documentais que integram o arquivo. Ambos possuem potencial informativo que, mediante as práticas de acesso e uso, podem contribuir para conscientização social dos valores culturais do Estado de Santa Catarina.

2 UMA INSTITUIÇÃO DE MEMÓRIA NACIONAL EM SANTA CATARINA

Com o objetivo de atribuir um caráter particular à identidade brasileira da então nação que se formava e produzir um espaço para estreitar as relações sociais entre aqueles que se dedicavam a produção do conhecimento histórico, fundou-se, no ano de 1838, com o apoio da monarquia brasileira, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo a sede no Rio de Janeiro. Sua fundação proporcionou a produção historiográfica em torno dos aspectos que iriam pertencer à identidade brasileira, bem como o perfil que teria diante do conjunto mais amplo das nações (GUIMARÃES, 1988).

Tendo em vista que o Império do Brasil possuía dimensões continentais, outros institutos passaram a ser construídos nas províncias do Império. Assim, logo em seguida vieram a criação do Instituto do Ceará em 1887 e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas em 1869. Em seguida com o advento da república, os



Estados que compunham a nação brasileira também se preocuparam em levar o projeto de construção da identidade nacional adiante, contemplando a multiplicidade de identidade espalhadas pelas diversas regiões. Assim sendo, no período republicano, os primeiros institutos criados foram nos Estados da Bahia (1894), São Paulo (1894) e Santa Catarina (1896).

Ao adentrar no contexto do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), pode-se inferir que a Instituição atua na sociedade catarinense há mais de um século, articulando intelectuais para constituição dos valores culturais, identitários e memorialísticos. Seu idealizador foi José Arthur Boiteux² (1865-1934), jornalista, magistrado e político que, ao perceber o cenário de outros Estados brasileiros que já tinham concebidos seus Institutos, começou a se articular para que a criação de um Instituto Histórico e Geográfico também fosse uma realidade possível no Estado de Santa Catarina.

No ano de 1895, José Boiteux utilizou-se do jornal *A República* para publicar uma síntese do que viria a ser o estatuto da instituição; posteriormente, outros intelectuais pertencentes a uma elite intelectual, econômica, eclesiástica e militar, dotados de um patriotismo estadualizado e à luz dos ideais republicanos, se disponibilizaram a contribuir com a formulação da identidade catarinense. Assim, tornou-se possível criar oficialmente o IHGSC, em 7 de setembro de 1896, na biblioteca pública de Santa Catarina, diante do contexto pós Revolução Federalista ocorrida nos últimos anos do século XIX no Sul do Brasil.

Após sua fundação, formou-se uma diretoria provisória composta por um presidente – sendo este o então governador do Estado Hércílio Pedro da Luz (1860-1924), que “deu todo o seu apoio à fundação deste Instituto” (PIAZZA, 1996, p.17) – e dois secretários: José Arthur Boiteux e Thiago de Castro, que conduziram a sessão inaugural onde aconteceria a votação da primeira diretoria.

De acordo com a ata da sessão de instalação do instituto, o primeiro presidente eleito foi o desembargador Francisco da Cunha Machado Beltrão (1845-1903), além de outros confrades que assumiriam os cargos de secretários, tesoureiro e orador. Após a eleição, a diretoria, a fim de delinear as atividades do instituto, formou uma outra comissão para elaboração de um estatuto que pudesse orientar as funções dos membros integrantes. Assim, no mesmo ano de fundação

² Também foi idealizador de outras instituições culturais como: Academia Catarinense de Letras e Instituto Politécnico



foram realizadas algumas sessões no prédio do Liceu de Artes e Ofício, para discussão e elaboração do estatuto.

Após sua aprovação, o estatuto foi promulgado em 1896. Nele, percebe-se que o IHGSC tinha por finalidade “reunir, verificar, coligar, archivar (*sic*) e publicar as traduções (*sic*) e documentos concernentes à História, à geografia, à anthropologia (*sic*), à arqueologia, à ethnographia (*sic*) e línguas indígenas da América e principalmente do Estado de Santa Catharina” (ESTATUTO, 2018). Aqui, pode-se perceber uma primeira preocupação em reunir documentos num espaço que portasse informações referentes às temáticas de interesse da instituição, sendo estas voltadas para as ciências humanas e sociais.

No entanto, para que essa finalidade pudesse se tornar possível, era necessário que a instituição dispusesse de um espaço amplo e adequado para a custódia do acervo que estava para ser formado, pois, como afirma Piazza, “nenhuma instituição cultural poderá ter os seus acervos bibliográficos e arquivísticos convenientemente organizados se não tiver uma sede” (PIAZZA, 1996, p. 67).

Com isso, inicia-se uma série de tentativas do IHGSC, que se estenderia por décadas, em busca de conquistar um espaço para ter como sede. Os empreendimentos da Instituição em busca da concretização desse ideal já foram descritos por autores como Bahia (1994), Piazza (1996), Grisard e Mira (2015). É importante destacar aqui que o IHGSC manteve um caráter itinerante ao longo dos anos, pois chegou a possuir mais de dez endereços distintos para poder abrigar seu acervo, realizar suas sessões solenes, assembleias e demais encontros.

O Instituto foi contemplado com políticas públicas apenas em outubro de 1929, por meio da lei 1.664 de 15 de outubro de 1929, assim, tanto o IHGSC quanto a Academia Catarinense de Letras (ACL) são consideradas instituições de utilidade pública. A mesma lei autorizou a edificação da casa de Santa Catarina, mas a conjuntura advinda da revolução de 30 e a morte de José Boiteux impediram sua concretização. Pizza (1996), afirma que “as reuniões se interromperam em dezembro de 1931, como consequência da instabilidade política do país e após a morte de José Arthur Boiteux (ocorrida em 8 de janeiro de 1934)” (PIAZZA, 1996, p. 29). Assim, durante as décadas de 30 e 40, as reuniões do IHGSC aconteceram na Associação comercial de Florianópolis, em propriedades de pessoas físicas, no Clube Germânia.



No ano de 1951, o Governo do Estado concede ao IHGSC e a ACL o espaço do Clube Germânia para tornar-se a Casa de Santa Catarina – um local que ficaria à disposição para abrigar não só o IHGSC, mas também outras instituições culturais. Dessa forma, o espaço passou a acomodar também a Comissão Catarinense de Folclore, a Associação dos Ex-combatentes do Brasil e o Museu de Arte de Santa Catarina. Para Piazza, “ali instala sua secretaria, sua biblioteca, seu museu e, em conjunto com as demais instituições ali abrigadas, dispõe de um auditório, ornamentado por alguns quadros a óleo, de personalidades catarinenses” (PIAZZA, 1996, p. 46).

No entanto, as instituições abrigadas na Casa de Santa Catarina tiveram dificuldade para manter o prédio, que passou a carecer com a falta de reparos, de forma que as fortes chuvas ocasionadas no ano de 1966 levaram ao desmoronamento de parte do prédio que abrigava a biblioteca do IHGSC. Houve uma perda significativa do seu acervo e, por conseguinte, da memória pertencente à sociedade, posto que, como afirma Candau (2011), a perda da memória é, portanto, uma perda de identidade.

Durante a diretoria de Walter Ferreira Piazza (1925-2016) houve uma tentativa de recuperar o que havia restado do acervo; para ele, “esta Diretoria realizou o salvamento do que sobrou da biblioteca do Instituto e instalou-o no Edifício Zahia, no seu oitavo andar (parte), sob a responsabilidade do Governo do Estado” (PIAZZA, 1996, p. 53). O espaço se apresentava como limitado para o abrigo do acervo e a instituição tinha que recorrer a outros espaços para poder realizar suas sessões.

No ano de 1980, o Instituto é transportado para uma nova sede, sendo esta o Edifício José Daux. Já em 1984, se instala no Centro Integrado de Cultura, mas, em 1986, o IHGSC é transferido para a antiga sede do Governo do Estado, o Palácio Cruz e Souza. Lá a Instituição passou a receber mais apoio político, o que proporcionou que o acervo passasse por um processo de reorganização e classificação.

Instituições culturais como o IHGSC e a ACL foram contempladas com políticas públicas de acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989. De acordo com a Constituição, o estado garantiria os direitos culturais e o acesso às fontes de cultura por meio de “concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais e municipais e privadas, em especial à Academia



Catarinense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, 1989).

Uma das últimas políticas públicas em que o IHGSC foi contemplado aconteceu no ano de 2010, quando o governo do Estado concedeu ao IHGSC e a ACL, por força de lei, o uso da casa José Boiteux³ (Antigo Instituto Polytecno) por um período de 99 anos. Sua transferência para atual sede aconteceu no ano de 2011 e permanece até os dias atuais.

Diante dessa conjuntura, o IHGSC enfrentou uma série de dificuldades agravadas pela ausência de políticas públicas que contemplassem a instituição para o desenvolvimento de suas atividades, que beneficiariam a identidade e a cultura de todo o estado catarinense. Para Grisard e Mira (2015, p.108), “o Instituto era uma entidade perambulante, pois se vai encontrar a realização das sessões ordinárias e extraordinárias da Diretoria, das Assembleias Gerais, das reuniões comemorativas em vários locais, conforme identificam as atas”.

Apesar de todo desalento vivenciado pelo Instituto para armazenar seu acervo e realizar suas sessões, uma das contribuições mais significativa do IHGSC foi a publicação de sua revista, que passou a ser produzida para disseminar os valores identitários e produzir um discurso para o futuro. Ao analisar o primeiro estatuto, percebe-se que o IHGSC deveria publicar uma revista trimestral; segundo ele, o Instituto tinha, dentre outras finalidades, “publicar trimestralmente uma Revista que se denominará Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina” (ESTATUTO, 2018). O primeiro volume publicado aconteceu apenas no ano de 1902 e, apesar de alguns períodos ociosos, sua periodicidade acontece até os dias atuais. Nela, os sócios integrantes da instituição publicam os estudos mais recentes acerca dos temas de interesse da instituição, facilitando a comunicação com os demais sócios efetivos e até mesmo correspondentes. Para Piazza (1996, p. 63), a revista do IHGSC é “o arauto dos nossos anseios para a comunidade científica nacional e internacional”.

A revista do IHGSC é uma importante fonte de informação publicada em três fases ao longo da atuação da instituição. A primeira fase corresponde aos anos de 1902 a 1920. A segunda fase teve como diretor Carlos da Costa Pereira e corresponde aos anos de 1943 e 1944. E, por fim, a terceira fase teve a contribuição

³O edifício foi inaugurado por volta de 1930 e tombado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em 1996. Está situado na Avenida Hercílio Luz, n. 523, Centro.



de Victor Antônio Peluso Júnior⁴ para sua reestruturação e passou a ser publicada a partir do ano de 1979. “Durante toda a sua gestão (1971-1991), Peluso procurou reestruturar a instituição, que passava por tantos problemas. A partir de 1979, restituiu a publicação da revista do Instituto (terceira fase), não editada desde 1944” (GUIDI, 2010, p. 60). Com o início da terceira fase, a revista passa a ter apenas uma publicação anual, a fim de melhor cumprir com a proposta periódica.

No entanto, deve-se indagar como a identidade catarinense é retratada nas revistas. Compreende-se que a identidade ocorre no presente com elementos do passado e é múltipla, formada por vários povos que contribuíram com a colonização e povoamento dos espaços. Para formação da identidade catarinense, os povos tupis-guaranis que viviam em aldeias foram os primeiros habitantes da ilha de Santa Catarina. Já em 1748, desembarcaram na região os imigrantes açorianos, os quais passaram a ocupar o litoral catarinense. Com isso, a relação intercultural entre colonizadores e indígenas gerou diversos conflitos étnicos com os imigrantes, ocasionando um vasto extermínio dos nativos.

Uma das principais contribuições da cultura açoriana para a identidade catarinense foi a Festa do Divino Espírito Santo, criada em Portugal no século XVIII. A prática dessa festividade é um dos marcadores identitários dos Açorianos, que a trouxeram para vila de Nossa Senhora do Desterro. Essa festividade conta com uma programação diversificada e acontece durante a solenidade de pentecostes, que envolve toda sociedade e os seguimentos profanos e religiosos.

Outra contribuição para a formação cultural de Santa Catarina advém dos escravizados. De acordo com Lima (2013), “já em fins do século XVIII, de todo modo, os africanos chegaram às centenas, para trabalhar nos empreendimentos que se desenvolviam nessa parte meridional do Império Português”. Ao se instalarem aqui, além de fornecerem mão de obra para os senhores, os afrodescendentes formaram a irmandade dos escravos e libertos, além das práticas festivas, como a festa da coroação do rei “e, em geral, também rainha, comumente celebrada na época do Natal” (SILVA, 2013). Essas festas estavam vinculadas a tradição africana e suas práticas eram quase sempre proibidas.

⁴Guidi (2010) afirma que Victor Peluso, ao se aposentar da Universidade Federal de Santa Catarina, passou a se dedicar ao cargo de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), para o qual fora eleito em 1971. Cargo que manteve até sua morte, em 1994.



Toda diversidade cultural desses grupos deveria ser levada em consideração pelos sócios do IHGSC em suas publicações, contribuindo com o reconhecimento das trocas de valores empreendidas por grupos distintos. No entanto, é possível perceber uma acumulação desigual da propriedade cultural (CANCLINE, 2005), pois a visão limitada de raça empreendida pelo velho mundo europeu fez com que estes homens das letras, vinculados à elite política – com uma cultura hegemônica, de forma que nem sempre contemplasse a diversidade cultural em seus escritos –, privilegiassem a visão elitista da raça branca e eurocêntrica.

Ao analisar as temáticas trabalhadas nas revistas do IHGSC durante os anos de 1902 a 1920, Freitas (1996) percebe que negros, índios e mulheres ocupam uma posição subalterna e aparecem silenciados nos discursos produzidos pelos sócios. Para ela:

Tais temas aparecem nas questões referentes ao negro em duas sessões solenes do IHGSC, transformadas em artigos na Revista do Instituto. O negro foi representado como um sujeito sem historicidade. Negro, índio, mulher aparecem no discurso do Instituto da mesma forma: silenciados (FREITAS, 1996, p.15).

Apesar da invisibilidade destes grupos, quase duas décadas depois, em 1938, o IHGSC, sob a diretoria de Henrique da Silva Fontes, promoveu a celebração do cinquentenário da Abolição da Escravidão. Essa comemoração foi amplamente divulgada na imprensa em jornais como O Estado, que contribuiu com a educação cívica que compactuava com os ideais abolicionista. Em sessão comemorativa realizada no Clube Doze de Agosto, foram lembrados chefes abolicionistas como o então coronel Germano Wendhausen (1853-1930), além disso discursos foram proferidos por Heitor Blum e Renato de Medeiros Barbosa, que abordaram os temas: a campanha abolicionista na antiga desterro e a Geração abolicionista (PIAZZA, 1996).

Outro evento que merece destaque, por contribuir com uma releitura da identidade catarinense, foi o 1º Congresso de História Catarinense, realizado em outubro de 1948, por ocasião da comemoração dos 200 anos da chegada dos primeiros açorianos.

Em 1948, ocorreu, em Florianópolis, o Primeiro Congresso de História Catarinense. Este evento, de iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fora idealizado por Oswaldo Rodrigues Cabral e Henrique da Silva Fontes, então Presidente desse Instituto. (GUIDI, 2010, p. 63)



A identidade de um povo tende a receber influência de outras nações quando estas são colonizadoras e exercem o poder de formar a cultura de outra região a partir da sua própria. Isso aconteceu com os açores, que tiveram uma influência na cultura catarinense que outros povos não tiveram. Com a realização desse congresso, houve uma valorização da cultura açoriana novas ideias acerca da contribuição dos Açores para culturas catarinenses foram elucidadas e novas perspectivas de pesquisas científicas foram empreendidas. Isso resultou na produção de diversos trabalhos, distribuídos em dez seções, que variam desde história geral, política, demográfica e econômica até história social, folclore e genealogia. De acordo com Piazza (1996, p. 43), “a publicação destes trabalhos em muito engrandeceria a Historiografia Catarinense. Entretanto somente foi publicado o volume 2 dos ‘Anais’, contendo trabalhos apresentados à 1ª e 2ª secção”.

Assim, além das sessões solenes e comemorativas, que fortalecem o vínculo da instituição e da sociedade com a cultura e a identidade catarinense, o IHGSC também propiciou outros eventos a fim de constituir um discurso legítimo para disseminar nos demais espaços públicos. De acordo com Serpa,

É no interior do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina que se forjam os discursos sobre a identidade catarinense, publicando-os através da imprensa, de realização de eventos nas instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, publicação de livros e elaboração de dissertação, cujo objeto é perceber nas obras a preocupação dos autores com a identidade catarinense (SERPA, 1996, p. 68).

A partir dos elementos apresentados, pode-se perceber que o IHGSC se constitui como uma instituição que, há mais de um século, está presente na sociedade catarinense para contribuir com a formação das identidades locais passíveis de serem apropriadas pelas futuras gerações, para que eles possam incorporar as tradições culturais que também compõem suas memórias.

3 O ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A RESIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

Tendo como base os elementos apresentados no tópico anterior, referente à trajetória institucional e a representação da identidade catarinense em suas publicações, é possível perceber que, nos dias de hoje, o IHGSC continua contribuindo para que os valores culturais sejam mantidos. No entanto, a existência da identidade só é possível mediante a memória, pois ambas estabelecem uma forte



influência mútua. Para Candau (2011), a memória precede a construção da identidade que se faz presente nos quadros sociais. Assim, para que a identidade seja formada, se faz necessário que a memória seja ativada por meio de um conjunto de dispositivos que contribuem para sua formação.

Cada Instituto Histórico e Geográfico é um núcleo de memória nacional que se diferencia dos demais institutos em decorrência dos aspectos geográficos que criam valores e narrativas históricas diferentes para cada região. Assim, a memória nacional apresenta, como particularidade, a união de memórias, documentos e instituições ligadas aos aspectos histórico e geográficos dispersos pelos múltiplos territórios que formam a nação. De acordo com Sobral:

Quando falamos em ‘memória nacional’ devemos ter em conta que ela é o produto de múltiplos processos. Processos como os da produção e inculcação de narrativas históricas como [...], os da compilação de acervos documentais — os arquivos nacionais —, os da criação de séries de monumentos e outros itens patrimoniais e de referentes espaciais — a começar pelo próprio território nacional e a acabar em locais dotados de um valor simbólico específico (SOBRAL, 2003, p. 421).

Dessa forma, quando falamos da compilação de acervos documentais, falamos também da retenção de informação úteis para que a memória se concretize no seio da sociedade. Não obstante, a função de constituir acervos e preservá-los cabe às instituições de memória, que firmam valores e permitem a inscrição de novas ideias. Para Silva, “a memória nacional se fortalece quando as instituições de memória mantêm vestígios do passado no presente por meio das coleções, documentos e comunicações orais que transmitem as identidades culturais” (SILVA, 2019, p. 8), de forma que não é possível constituir uma nação sem memória.

Ao trazer a discussão conceitual para o IHGSC, percebe-se que, logo em seu contexto inicial, os sócios fundadores enxergaram a necessidade de formar e desenvolver uma coleção de obras bibliográfica e documental que pudesse compor a biblioteca e o arquivo da instituição. A composição desse acervo iria contribuir com a disponibilização de informações úteis para o desenvolvimento das pesquisas dos demais sócios integrantes e, por conseguinte, para o registro de informações úteis para a memória.

De acordo com Piazza, “o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina desde os seus princípios, dadas as características dos seus fundadores, procurou



preservar a documentação que lhe coube por guarda” (PIAZZA, 1996, p. 78). Desse modo, os sócios integrantes perceberam a relevância de produzir e acumular documentos: para que o registro de informações acerca de personagens e eventos que contribuíram para a formação da memória fosse passível de serem transportados, para compor o conhecimento das futuras gerações. Assim, a produção e o acúmulo de documentos tornaram-se uma necessidade dos integrantes da instituição, para que fosse possível registrar, nos suportes, as informações de personagens e eventos passíveis de serem transportados para compor o conhecimento das futuras gerações.

Compactuando com a ideia apresentada anteriormente, Ribeiro acredita que “a conservação da informação (ou dos documentos, querendo este termo significar informação registrada num suporte físico) como memória surge, pois, como uma necessidade e não como um objectivo em si mesmo” (RIBEIRO, 2005, p. 2). Ao perceber a necessidade de acumular documentos, José Boiteux idealizou a biblioteca do IHGSC, logo nos primeiros dias em que a instituição havia iniciado suas atividades. No ano de 1915, em carta para seu irmão, Lucas Alexandre escreve:

Não achas conveniente mandarem imprimir uma circular pedindo livros para a Biblioteca do Instituto. Começariam pelos diversos Institutos, governadores, inspetores de portos, de estradas de ferro, telégrafos; poderiam obter muitas coisas. Convém também a impressão de um cartão de agradecimento a remessa de qualquer oferta. Quem dá gosta de receber um agradecimento, quando menos, para saber que a oferta chegou ao seu destino (GRISARD; MIRA, 2015, p. 287)

A partir desse momento, a biblioteca do IHGSC passa a ser formada com o objetivo de auxiliar nas atividades desenvolvidas pela Instituição e de fornecer aos sócios e pesquisadores uma biografia útil para a realização de suas pesquisas. Com o pedido solicitado por Boiteux, vieram as ofertas de pessoas físicas e de outras instituições dedicadas a apoiar o desenvolvimento do acervo da instituição, a exemplo da biblioteca do Exército do Rio de Janeiro, uma das primeiras instituições a contribuir com a biblioteca. Outra forma de aquisição de obras bibliográficas utilizada pelo IHGSC é a aquisição de materiais bibliográficos por compras.

A preocupação com acervo é demonstrada nos estatutos que o IHGSC elaborou ao longo dos anos. Em seu último estatuto, aprovado durante o ano de 2018, o Instituto tinha por objetivo:



A guarda, classificação e conservação de material de valor, livros, fotografias, filmes, vídeos, cartas geográficas, jornais e quaisquer outros documentos relevantes para a integrar o patrimônio histórico, geográfico, antropológico, etnográfico, arqueológico, genealógico de Santa Catarina, para consulta dos membros e de pesquisadores em geral (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 2018).

Em sua biblioteca, existe uma diversidade de obras com temáticas relacionadas ao estado de Santa Catarina, muitas delas produzidas pelos sócios que pertencem à instituição. Dentre as coleções bibliográficas se encontram obras raras e revistas do IHGSC e de outras instituições congêneres, além da mapoteca, que contém álbuns cartográficos, mapas do estado de Santa Catarina e mapas urbanos de Florianópolis. Já a hemeroteca possui jornais pertencentes aos mais diversos municípios que integram o estado catarinense, como A República, A Opinião e A Verdade; além da fototeca, que dispõe de imagens que retratam vários períodos das cidades com cenas urbanas, rurais e culturais.

Tendo em vista que o estado de Santa Catarina possui uma quantidade significativa de descendentes açorianos que se sentem representados com sua cultura, deve-se destacar a presença de obras referentes à cultura açoriana no IHGSC. Durante a década de 1990, o Governo Açoriano remeteu um significativo acervo para a biblioteca da instituição e no ano de 2019, a instituição inaugura a Biblioteca Açoriana Professor Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires⁵ (1942 -).

O acervo documental do IHGSC não se limita aos custodiados pela biblioteca, mas também possui a função de coletar documentos relevantes para a história do estado de Santa Catarina, logo possui um acervo arquivístico composto por fundos documentais de personagens como Oswaldo Rodrigues Cabral, Paulo Viera da Rosa, dentre outros. Os fundos são entendidos como o conjunto de documentos produzidos e/ou doados por pessoas físicas ou jurídicas à instituição a fim de preservar e facilitar o acesso aos usuários que necessitam de alguma informação registrada neles.

Dentre a diversidade de documentos existente, no acervo arquivístico se encontram documentos pessoais que pertenceram a José Arthur Boiteux, doados por sua família ao IHGSC, em 1989, para preservar uma parcela do passado

⁵Ex-reitor da Universidade dos Açores, o qual contribuiu com as relações relação entre o arquipélago açoriano e a região Sul do Brasil após 1984.



vivenciado por esse personagem que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento cultural de Santa Catarina.

O Arquivo de José Arthur Boiteux é constituído por um conjunto de documentos de naturezas diversas, que retratam não só aspectos da vida particular e pública dos principais personagens que participaram, de sua convivência, em Santa Catarina e em outras partes do Brasil (BAHIA, 1994, p. 1).

Este arquivo é composto por uma série de documentos pessoais, correspondências, produção intelectual, documentos da vida jurídica e política, recortes de jornais, mais de 10.000 fotografias e outras tipologias documentais datadas do século XX. A grande quantidade de fotografias disponíveis nesse acervo se deve ao fato de que “José Arthur Boiteux, foi um grande colecionador de fotografias” (PIAZZA, 1996, p. 79). Todos estes documentos, são uma representação material do passado e o acesso a elas, possibilita que se criem vínculos com o presente. Ao descrever o fundo arquivístico José Boiteux, Cunha afirma que,

Entre os mesmos encontram-se cartas, recibos, atestados, certidões, produções intelectuais do autor e de seus contemporâneos, recortes de jornais, folhetos, mapas eleitorais, fotografias e uma coleção de cartões postais sobre Florianópolis no período que compreende desde fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX (CUNHA, 2008, p. 115).

Outro fundo documental presente no acervo arquivístico do IHGSC está relacionado à Guerra do Contestado, ocasionada durante os anos de 1912 e 1916. Para Zeferino, “o acervo é extremamente modesto no sentido de alguma documentação que viesse contribuir sobremaneira para compreender a história e a geografia daquele conflito” (ZEFERINO, 2013, p. 395). No entanto, é possível encontrar algumas cópias de mapas, fotografias, recortes de jornais e outros documentos administrativos como cartas e telégrafos.

O Arquivo da instituição também possui documentos produzidos no âmbito da instituição, criados com valor administrativo, mas que, com o passar do tempo, se tornaram documentos de valor histórico – como livros de Atas das sessões realizadas pelo Instituto e discursos proferidos pelos associados. Para Meirinho (2015), “cada ata, cada ofício, cada documento, a nominata das centenas de ingressos no quadro associativo e os eventos estão expostos para interpretações sobre as circunstâncias do momento em que se produziram e as suas consequências”.



No ano de 2018, o arquivo do IHGSC foi cadastrado no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), instituído pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) para identificar as instituições arquivísticas presentes no Brasil. Esse cadastro possibilita o registro da instituição arquivista e o fornecimento de informações básicas, como missão institucional, localização e descrição do acervo documental custodiada pela instituição.

Ainda em relação aos materiais informacionais existentes no âmbito da instituição, o IHGSC também possui alguns de objetos tridimensionais, como a espada ofertada à Lauro Severiano Müller (1863-1926), um dos responsáveis por organizar uma operação militar no Rio de Janeiro que depôs a monarquia e resultou na Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Além de medalhas pertencentes a Paulo Vieira Rosa⁶ e outras alusivas ao sesquicentenário de nascimento de Lauro Muller, cunhada em 2014; e outra referente ao centenário da guerra do Contestado, cunhada em 2016.

Esses objetos pertencentes ao patrimônio material possuem a potencialidade informativa de comporem o acervo museológico do IHGSC. No entanto, para Piazza (1996, p. 83) “o museu se constituiu uma necessidade e que nem sempre, se tem notícia da organização e exposição dos elementos recebidos”. Então, é possível perceber a necessidade da instituição em organizar os artefatos salvaguardados para serem expostos aos visitantes com fins de que estes possam contextualizar a cultura material com o valor informativo, contribuindo assim com as ações interativas entre os sujeitos.

Dessa forma, todo aparato documental salvaguardado na Biblioteca e no Arquivo do IHGSC torna-se, então, a coisificação de uma parcela da memória nacional.

Com um arquivo histórico de expressiva documentação, uma biblioteca – a mais completa sobre assuntos catarinenses, além de uma importante fototeca, uma hemeroteca e uma mapoteca, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa constitui-se no mais importante centro de memória catarinense (ZEFERINO, 2018, p. 6)

Todo acervo documental que compõe o Instituto é gerido por membros que integram a diretoria do Instituto, sendo eles o segundo vice-presidente e segundo secretário, que, em conjunto, desenvolvem atividades de gestão para manutenção e preservação do acervo. Segundo o Estatuto do IHGSC (2018), eles devem criar

⁶ Militar que lutou na guerra do contestado e que foi sócio efetivo do IHGSC de 1902 até sua morte em 1957.



normas específicas para que os pesquisadores possam ter acesso aos documentos custodiados, visando facilitar a preservação da integridade física dos documentos e, ao mesmo tempo, franquear aos pesquisadores e demais usuários o acesso às informações contidas nos registros documentais.

Nos dias de hoje, os gestores do acervo informacional possuem o desafio de criar um mecanismo que facilite a disseminação da informação aos usuários. A exemplo do IHGB, é necessário criar projetos que visem a digitalização do acervo e armazenagem em uma base de dados para sua recuperação, seguindo as recomendações do Conarq. Dentre as fontes de informação que precisam ser contempladas com esse projeto, se encontram as revistas do IHGSC e os jornais do estado de Santa Carina, visto que nem todos se encontram digitalizados e seu suporte se encontra desgastado em decorrência da ação do tempo.

Fornecer o suporte digital aos pesquisadores contribui para a preservação do suporte físico. Iniciativas como essa já são realizadas pelo Instituto ao disponibilizar os boletins do IHGSC (1999-2014) em formato digital no site da instituição. Contudo, essa prática pode ser ampliada para outras tipologias documentais a partir de parcerias com instituições parceiras que estejam disponíveis a contribuir com a preservação dos suportes informacionais da instituição. Em decorrência disso, a inserção de novas tecnologias facilita pque o acesso à informação aconteça de forma eficaz.

Além disso, a instituição necessita implementar projetos de curadoria museal com o objetivo de constituir e explorar as potencialidades das coleções museológicas prejudicadas devido às diversas mudanças de sedes ocasionadas ao longo de sua trajetória. Os museus são espaços propícios para preservação do passado, mas também para projetar o futuro da sociedade que consegue vislumbrar, na cultura material, seus antepassados, compondo assim os valores identitários do presente.

Portanto, além de contribuir com a ressignificação da memória, o IHGSC também contribui com o desenvolvimento científico, uma vez que a instituição possuiu parcerias com outras instituições de ensino superior no Brasil e fora dele, a exemplo da Universidade de Salamanca para realização de Congressos Internacionais. Além disso, desde o ano de 2019, a instituição regulamentou o estágio de pós-doutorado, supervisionado pelos membros do Instituto portadores do título de doutor. Assim, para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito do



pós-doutorado, as fontes documentais custodiadas no arquivo e na biblioteca da instituição são indispensáveis para consulta.

Todos estes mecanismos contribuem para dinamizar os múltiplos espaços que compõem a instituição, atribuindo a elas uma nova funcionalidade, que vai além das atividades técnicas inerentes às atividades biblioteconômicas e arquivísticas, pois, como afirmam Camargo e Goulart, “a ideia de que centros de memória são um misto de arquivo, biblioteca - e museu é que extraem dessa mistura novas funcionalidades - não se esgotam no inventário de suas atividades e diferenças” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 29).

Em decorrência disso, o IHGSC assegura que as informações contidas nos registros documentais possam ser socializadas de forma mais eficaz, contribuindo com o exercício da cidadania e gerando uma maior interação e transformação social entre os indivíduos. Assim, informação e memória se aglutinam para a produção da identidade catarinense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou traçar o percurso histórico que o IHGSC trilhou para tornar-se uma Instituição atuante na sociedade catarinense há mais de um século. Além disso, buscou compreender como os membros vinculados à instituição contribuem para a formação da identidade catarinense e para preservação da memória nacional. Assim, além de pensar, falar ou escrever os aspectos memorialísticos, é necessário preservar o que é escrito e o que se transforma em registros informacionais produzidos pelos membros da sociedade.

Tendo isso em vista, esse estudo contribui com os estudos memorialísticos no âmbito da Ciência da Informação ao relacionar informação e memória como forças que se influenciam mutuamente. Além disso, realiza um recorte espacial de uma das mais antigas instituições de memória do estado de Santa Catarina, quiçá do Brasil. Instituições como essa precisam de investimentos advindos de políticas públicas, mesmo na era digital, para que não desapareçam.

Os resultados demonstram que a instituição se constitui em um importante centro de produção cultural e memorialístico que buscou nos últimos anos valorização das múltiplas contribuições étnicas e culturas que enriquecem a cultural local do estado. No entanto, deve buscar novas parcerias para aperfeiçoar a



prestação de um serviço institucional capaz de fornecer para a sociedade os elementos necessários para suprir suas necessidades informacionais de forma eficaz.

Por fim, vale ressaltar que a preservação de documentos possibilita que aspectos do passado possam ser disseminados para que outras gerações tenham conhecimento. Porém, mais que isso, permite o acesso à informação para que os membros integrantes da sociedade se apropriem da sua identidade cultural, contribuindo com o estreitamento dos laços criados a partir das práticas sociais.

Abstract: The objective of this text is to analyze the social function of the Historical and Geographical Institute of Santa Catarina in maintaining national memory and disseminating information held in custody in its documentary collection. As a methodological procedure, it is characterized as a qualitative research, which uses bibliographic review and analysis of documentary sources for its construction. To achieve the proposed objective, it was decided to contextualize the historical situation of the end of the 19th century, a period in which the Historical and Geographic Institute of Santa Catarina was created. It also analyzes the impacts arising from the absence of public policies that make it impossible to improve the services offered by the Institution. It points out which social groups were represented and forgotten in the Institution's publications and how the multiple cultures contributed to the formulation of Santa Catarina's identity. In addition, it specifies the composition of the documentary collection held by the library and the archive, as well as discussing how the Institution can contribute to the practices of access to information for the effective use of documentary records and for the reframing of memory. As a result, he observes that an indispensable factor for the re-reading of memory is the informational imperative held by memory institutions. It concludes, that the Historical and Geographic Institute of Santa Catarina is a considerable *locus* of national memory and production of identity knowledge of Santa Catarina society.

Keywords: National Memory; catarinense Identity; information end memory; Historical and Geographic Institute of Santa Catarina.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, v.1, n. 2. 2007. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/412>. Acesso em 13 abr 2022.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos. **Perfil de Jose Arthur Boiteux**: um construtor da cultura catarinense. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1994. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76085>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Sesc, 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: Mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CANDAU, Joel. Memória e identidade. Tradução de Maria L. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPURRO, Rafael. Prefácio. In.: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Ed. UnB. 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Essa coisa de guardar: Homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 109-130, maio/ago. 2008. FREITAS, Patrícia de. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: espaço de saber "qualificado. **Esboços**, v. 4, n. 4, p. 9.21, jun./dez.1996.

GRISARD, Iza Vieira da Rosa; MIRA, Marly A. F. B. **Memória do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina 1896 – 2014**. Florianópolis: IHGSC, 2015.

GUIDI, Eduardo Zons. **Victor Antônio Peluso Júnior**: Pioneiro da Geografia Catarinense. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94576/283098.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 28 jan. 2022.

GOMES, Marcus Victor Siqueira Josuá. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: PIGNATARO, André Felipe; SOBRAL, Gustavo; SIMÕES, Pedro. **Institutos Históricos e Geográficos do Brasil**. Natal: offset, 2019.



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. **Estatuto e Regimento**. Florianópolis: IHGSC, 2018.

LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. *In*: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed UFSC, 2013.

MEIRINHO, Jali. **Apresentação**. Coleções Séries Ensaios. n. 1, Edição IHGSC. Florianópolis, SC, 2015.

PIAZZA, Walter F. **Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: Estudo histórico-analítico 1896 – 1996**. Florianópolis: UDESC – IHGSC, 1996.

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? Portugal: **Artigo em Livro de Atas de Conferência Nacional**, 2005.

SANTA CATARINA. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989**. 1989. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/constituicao_estadual_1989.html. Acesso em: 13 abr. 2022.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis v.14, n. 20, p.63-79, 1996.

SILVA, Igor Oliveira da Silva; MARTINS, GracyKelli. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte como Espaço de Memória. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 20., 2019, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: ANCIB, 2019.

SILVA, Igor Oliveira da Silva; MARTINS, GracyKelli. Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. **Em questão**, v. 28, n. 2, 2022.

SILVA, Jaime José dos Santos. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. *In*: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2013.

SOBRAL, José Manoel. (Des)encontros das memórias: Breve comentário ao encontro "O Descobrimento do Brasil, Quinhentos Anos Depois: Memória Social e Representações de Portugueses e Brasileiros". **Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 419-427, 2003.

ZEFERINO, Augusto César. Acervo documental do IHGSC sobre o Contestado. *In*: 100 ANOS do Contestado: Memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.